

O apagão e a educação profissional

Marcelo Neri

O Brasil vive hoje o chamado *apagão* de mão-de-obra, pois as empresas não encontram no mercado trabalhadores em quantidade e na qualidade desejada. O problema tem se agravado, porque o número de jovens de 18 a 24 anos que estão em alguma instituição de ensino formal vem diminuindo nos últimos anos (caíram 7,3%, entre 2006 a 2008, de 7,5 milhões para 6,9 milhões). Isto se dá pelo começo da redução da chamada onda jovem, na qual observamos queda de 3,5% do número absoluto da população nesta faixa de idade. Além disso, o estudante tem sido atraído pelo canto do mercado de trabalho caindo à proporção em escolarização formal em 4%, reforçando mais o *apagão*.

Na passagem de 2008 para 2009, a escassez de mão-de-obra qualificada foi arrefecida por conta dos efeitos da crise externa e da

superestimativa dos efeitos da crise nas empresas, refletidas na queda dos estoques de insumos e de produtos e pelo corte nos quadros de empregados formais. Agora, nos últimos 14 meses todos os indicadores econômicos e trabalhistas apontam a volta do crescimento da procura por mão-de-obra e possivelmente do *apagão* pelo menos em setores selecionados.

A nova safra de microdados explorada permite traçar fotografias delineadas das conexões entre as corridas educacionais e a trabalhista nos detalhes da educação profissional, cobrindo o auge do *apagão* de mão-de-obra progressivo, o período de crise até a possível volta do *apagão* já em 2010. Como estas perguntas variam de situação para situação da pessoa, usamos as ferramentas da informática e da internet para fazer esta informação chegar às especificidades de cada um, através

de uma série de simuladores e panoramas, resultado de uma parceria de pesquisa com o Instituto Votorantim.

O presente texto deve ser encarado apenas como uma entre muitas possíveis interpretações. Ele funciona como um guia prático, exemplificando como navegar nos dispositivos disponibilizados. O sítio da pesquisa www.fgv.br/cps/proedu assemelha-se a um mapa onde cada um pode escolher a sua trilha educacional, perseguindo o *norte* das respectivas vocações profissionais e aspirações de vida. Tratamos aqui dos detalhes da educação profissional resumidos no esquema.

A variável inicial de análise é se o interessado frequentou o curso de educação profissional que abrange 29 milhões de pessoas ou 19,72% da população de dez anos ou mais de idade, mas não necessariamente concluiu o respectivo curso — o efeito

do diploma será estudado a parte. A Unidade da Federação com maior proporção de pessoas com algum curso profissional é o Distrito Federal (31,13%), seguido do Paraná (28,07%) e Rio Grande do Sul (25,92%). No extremo oposto encontramos três estados nordestinos, sendo o último Alagoas (7,69%), vindo depois Pernambuco (11,31%) e Maranhão (12,64%).

Níveis

O passo seguinte é captar a distribuição entre os diferentes níveis dos cursos profissionalizantes: os 23,5 milhões de pessoas que cursaram a qualificação profissional representam 81,1% dos que já frequentaram alguns dos níveis de cursos. Esta alta cobertura é resultado de custos pecuniários, duração, requisitos e qualidades mais baixas

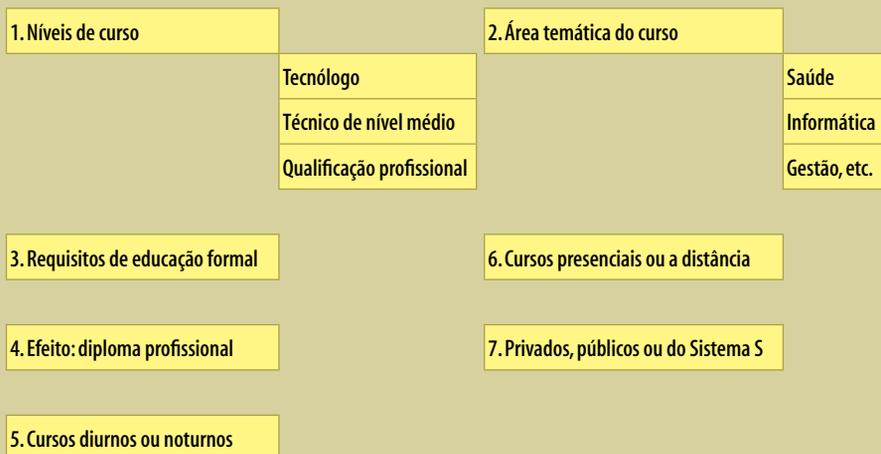
associadas a estes cursos. Há cerca de uma década havia como meta requalificar 20% da população economicamente ativa (PEA) anualmente, o que ao cabo de cinco anos deveria levar a 100% da PEA se cada trabalhador fizesse apenas um curso. Os 3,54% da PEA técnicos de ensino médio correspondem a 18,4% dos que cursaram profissionalizantes. Finalmente, os cursos de tecnólogos de nível superior representam apenas a 0,54% do universo que passou pelo ensino profissionalizante.

Em termos da educação profissional em geral, os setores com maior proporção de pessoas formadas nesses cursos, são Automobilística (45,71%), Finanças (38,17%), Petróleo e Gás (37,34%), e os menores estão representados por dois: Agronegócio (7%) e Construção Civil (17,80%).

O número de jovens de 18 a 24 anos que estão em alguma instituição de ensino formal caiu 7,3% entre 2006 a 2008

Ao desagregarmos nos três níveis de cursos, os extremos do ranking são: Qualificação profissional — Automobilística (com 35,35%) e Agronegócio (6,31%), são o maior

Atributos dos cursos



O prêmio salarial dos cursos de educação profissional varia de 1,4% a 24%, já controlado pela educação formal

e menor respectivamente; Curso técnico (nível médio) — Petróleo e Gás (12,67%) e Agronegócio (0,69%); e Graduação Tecnológica — Finanças (0,75%) e Agronegócio (0,02%). Cabe ressaltar que a indústria automobilística ocupa o *podium* nas três categorias. O presidente Lula é um exemplo dos egressos da educação profissional quando atuou no setor automobilístico, o setor mais intensivo nos vários tipos de educação profissional.

O ponto de partida da avaliação de impactos é que queremos captar os efeitos da educação profissional para

além da educação formal. Isto é, queremos saber quanto mais as pessoas se beneficiam somente da entrada em cursos profissionalizantes. Depois analisamos os principais segmentos de educação profissional nos seus respectivos detalhes. O diferencial da Educação e as diferenças de outros atributos possivelmente associados à qualificação profissional, sugere o uso de controles estatísticos sobre variáveis observáveis na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), tais como aquelas associadas à demografia (sexo, raça, idade, *status* migratório), distribuição espacial (unidade da federação, tamanho de cidade, se mora em favela) e por último, e mais importante, variáveis educacionais: formais e profissionais (tipo de ofertante da educação e o nível de educação profissional).

Ocupação

A primeira variável de impacto analisada é a maior, proporcionados pela educação profissional mantida constante as demais variáveis. Cabe notar que aqueles que frequentam a educação profissional possuem 15,5% menores chances de ocupação vis-à-vis àqueles que nunca a cursaram, a nossa categoria base nas comparações. Este efeito se dá pela dificuldade de

conciliação de estudo, mesmo que profissional, e trabalho. Os cursos de graduação tecnológica equivalentes ao nível superior, proporcionam um aumento de 95,7% na ocupabilidade das pessoas (mais uma vez comparando pessoas com os mesmos atributos observáveis, aqui, em particular, os anos completos de estudo formal). O ensino técnico não proporciona ganhos na taxa de ocupação observada. Os diversos setores temáticos de qualificação profissional proporcionam efeitos variáveis sobre a empregabilidade das pessoas. No caso dos cursos de informática, o efeito é negativo com chances 14,1% menores em relação à base dos que nunca frequentaram. Isto pode ser influenciado pelo uso de cursos curtos de informática pelos desempregados na sua busca estratégia por reinserção trabalhista.¹ Não há impacto visível dos cursos de qualificação profissional de Construção Civil, Indústria e Manutenção, Comércio e Gestão (24,6%) e o grupo formado pelos demais setores sobre a ocupação. Os destaques em termos do efeito-ocupação derivado dos cursos de qualificação profissional são Saúde e Bem-Estar Social (47,6%) e Estética e Imagem Pessoal com chances de ocupação acrescidas de 28,7% e 45,7%, respectivamente, em relação à base dos

que nunca frequentaram a educação profissional.

Formalidade

Cursos em que as pessoas tiveram diferencial nulo de empregabilidade, tenderão a conseguir maior qualidade dos postos de trabalho e vice-versa. Por exemplo, no caso da Estética e Imagem Pessoal o ganho empregatício será acompanhado por redução da formalidade. Esta evidência reforça dois pontos: a importância de olhar em detalhe de que tipo de educação profissional se está olhando, aí incluindo não só o nível como área temática envolvida, bem como o impacto específico observado (leia-se ocupação), formalidade, salário, se está trabalhando na área do curso e assim por diante. Isto sugere a necessidade de olharmos para todo o pacote de benefícios, e possíveis perdas, obtidos a partir da educação profissional. O pico da formalidade em termos etários se dá aos 42 anos de idade, o que coincide com o pico ocupacional. O tipo de ofertante dos cursos não parece impactar a taxa de formalização dos postos de trabalho obtidos.

Os diferenciais de salários gerados a partir da educação profissional em geral (todos os cursos tomados de forma agregada) foram de 8,6% em relação a uma pessoa

com os mesmos atributos de quem nunca frequentou esses cursos. Conforme esperado, mesmo quando controlamos pelo maior nível educacional, os maiores diferenciais são encontrados na graduação tecnológica, com 23,3% a mais de salário do que os que nunca frequentaram. Em seguida vêm os que cursaram o técnico de nível médio com 15,1% de prêmio salarial. No que tange o nível de qualificação profissional, preferimos abrir pelos setores de atuação dos cursos cujos resultados variam sobremaneira: Comércio e Gestão (11,5%), Indústria e Manutenção (8,4%) e Saúde e Bem-estar Social (7,7%). Os demais setores não são estatisticamente diferentes daqueles que não frequentaram, aí se inclui construção civil, estética e imagem pessoal, informática e o grupo formado pelos demais setores.

Uma variável fundamental que afeta as estimativas de prêmio setorial é a natureza dos cursos públicos ou privadas.² Sendo o maior dos retornos os de instituições ligadas ao chamado sistema S (Senai, Senac, Sebrae, etc.), com 4,2% maior que o grupo de setores residuais composto de ONGs (base), seguida dos 3,84% das instituições privadas. Já as instituições públicas dos três níveis de governo apresentaram diferenciais ne-

Os cursos de graduação tecnológica equivalentes ao nível superior proporcionam um aumento de 95,7% na ocupabilidade das pessoas

gativos de -4,23% em relação à base de comparação. 

Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais e Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (mcneri@fgv.br)

¹Tentaremos endereçar melhor esta questão de causalidade. Leia-se o que determina o desemprego e a inscrição em cursos de informática ou vice-versa, como inicialmente assumimos, com os dados de painel rotativo da Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Voltaremos a este ponto mais tarde.

²Por exemplo, se não controlamos pela natureza do setor o efeito tecnólogo sobre os salários sobe 27% e o efeito técnico de ensino médio sobe para 17,1%.